



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NAIARA CLÉA OLAVO DO NASCIMENTO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COMO CATALISADORA NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO**

**JOÃO PESSOA
2022**

NAIARA CLÉA OLAVO DO NASCIMENTO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COMO CATALISADORA NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Dra. Silvia Garcia Nogueira.

JOÃO PESSOA
2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244c Nascimento, Naiara Cléa Olavo do.
A construção da identidade como catalisadora no processo de integração regional Sul-americano [manuscrito] / Naiara Cléa Olavo do Nascimento. - 2022.
30 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2022.
"Orientação : Profa. Dra. Silvia Garcia Nogueira ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Integração regional . 2. Identidade . 3. América do Sul .
4. Cultura . I. Título

21. ed. CDD 337

NAIARA CLÉA OLAVO DO NASCIMENTO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COMO CATALISADORA NO PROCESSO DE
INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 28 / 11 / 2022 _____.

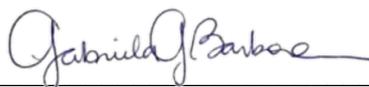
BANCA EXAMINADORA



Silvia Garcia Nogueira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Caio Csermak
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

À Deus, a todos os santos e orixás por abençoar meu caminho, me confortar nos momentos difíceis e me dar força e esperança de dias melhores.

À professora Dra. Silvia Garcia Nogueira pelo enorme apoio, orientação e confiança no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) que foi uma segunda casa para mim e me deu total apoio, mesmo durante a pandemia.

Ao Prof. Caio Csermak pelos ensinamentos e pelos esforços por uma educação horizontalizada, com toda certeza um dos melhores professores que tive aula na UEPB.

A Prof. Gabriela Gonçalves Barbosa, que foi essencial para a produção do meu TCC por meio da sua Tese e posteriormente com comentários enriquecedores durante minha defesa.

Ao governo paraibano e à sociedade pelo investimento na minha formação por meio dos recursos destinados à UEPB.

A todos(as) os(as) docentes que passaram pela minha jornada universitária, tornando possível o sonho de ser internacionalista.

Aos meus colegas de turma e de outros períodos os quais contribuíram de forma enriquecedora através de seminários, debates e grupo de estudos.

Aos grupos Tropicanas e Bora; fomos uma família em todos os momentos.

A toda secretaria e em especial à Mariana Nóbrega pelo suporte e assertiva comunicação estabelecidos nesses anos.

Ao Centro Acadêmico Mônica de Menezes Campos – nas gestões Carisma, Carcará e Contra Hemisfério - pelo empenho com cada estudante de Relações Internacionais e com Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas.

A todos(as) funcionários da UEPB que trabalham com muita dedicação e empenho para o funcionamento da Universidade.

À minha mãe pelos sábios ensinamentos, árduas lições e por sempre acreditar em mim, você é o que me motiva.

À minha avó, por ser minha inspiração de independência e carinho.

Ao meu pai (In memoriam) por apostar em mim, pelos melhores conselhos e por ter me proporcionado o melhor, eu sei que hoje você faz parte de mim.

À minha família, que é minha base de apoio, de amor e de felicidade, eu não estaria aqui se não fosse por cada um de vocês.

À Edvânia, por estar comigo em todos os momentos, me incentivando e me dando coragem para ser quem eu sou.

À Clara, você é a prova viva que uma melhor amiga pode ser uma irmã.

À Elvio, meu primo de sangue, irmão de coração, o que já vivemos juntos é impossível de descrever.

À todos os meus amigos, que são minha segunda família e me dão força nos momentos mais difíceis.

À Vênus, minha leal parceira de todas as horas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

UE – União Europeia

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. DE AMÉRICA LATINA À AMÉRICA DO SUL, UMA MUDANÇA DE FOCO	10
2. INTEGRAÇÃO REGIONAL: AMÉRICA DO SUL UM CAMINHO POSSÍVEL	14
3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SUL-AMERICANA, SOB A PERSPECTIVA DOS INTERESSES	18
4. IDENTIDADE, CULTURA E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: AVANÇOS E DESAFIOS.....	21
CONCLUSÃO.....	24
REFERÊNCIAS	28

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COMO CATALISADORA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANO

Naiara Cléa Olavo do Nascimento¹

RESUMO

Questões de identidade afetam as diversas camadas da sociedade, de diferentes modos e em distintas escalas. No campo das Relações Internacionais, os processos de formação de identidade comum e sentimentos de pertencimento estão no cerne das discussões e das políticas que dizem respeito à integração regional e os desafios nela envolvidos, entre eles, a diversidade cultural, social, política e econômica dos países participantes, com interesses particulares. Este é o caso da América do Sul e seus projetos de integração. Diante desse quadro, indaga-se quais as relações entre os processos de construção da identidade e de integração regional sul-americana. Para responder a essa questão, busca-se identificar e discutir alguns aspectos que abrangem a relação entre os processos de construção de identidade e o estímulo à aproximação cultural e sociopolítica dos países sul-americanos. A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, a partir, primordialmente, das obras de Alexander Wendt, Benedict Anderson e Samuel Huntington. Em suma, percebeu-se que a falta da formação de uma identidade regional dificulta o sucesso da integração sul-americana, pois ela é um componente basilar para as aproximações dos atores entre si.

Palavras-chaves: Integração regional, Identidade, América do Sul, Cultura.

ABSTRACT

Identity issues affect different layers of society, in different ways and at different scales. In the field of International Relations, the processes of forming a common identity and feelings of belonging are at the heart of discussions and policies concerning regional integration and the challenges involved in it, among them, the cultural, social, political and economic diversity of participating countries with particular interests. This is the case of South America and its integration projects. Faced with this situation, the question arises about the relationships between the processes of identity construction and South American regional integration. To answer this question, we seek to identify and discuss some aspects that encompass the relationship between identity construction processes and the stimulus for cultural and sociopolitical rapprochement between South American countries. The methodology adopted is of a bibliographical nature, based primarily on the works of Alexander Wendt, Benedict Anderson and Samuel Huntington. In short, it was noticed that the lack of formation of a regional identity hinders the success of South American integration, as it is a basic component for the approximations of the actors to each other.

¹ Aluna bacharelada do curso de Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: nayaraolavo@gmail.com

Keywords: Regional integration, Identity, South America, Culture.

INTRODUÇÃO

Observando a história dos países sul-americanos, percebe-se que a busca por uma identidade coletiva aos países da região criou seus primeiros sinais com o processo de independência latino-americano. Na Carta da Jamaica (1815), de Simón Bolívar é transmitida de forma inédita a ideia de unidade entre as nações que viriam a se formar, não somente em razão da libertação em comum dos colonizadores, mas também para a conquista da emancipação política, econômica e cultural das nações deste continente por meio da união. Em consonância a isso, como o economista francês Michel Chevalier, já defendia, os países ao sul dos Estados Unidos eram uma “outra” América, diferente em valores, cultura, sociedade e economia. Isso teria em princípio gerado proximidade entre os países latinos (BETHELL, 2009).

Além disso, as discussões a respeito da construção da identidade regional perpassam algumas concepções como: a criação de uma percepção do “nós” em contraposição ao “eles” (HUNTINGTON, 1997); às compreensões e expectativas próprias sobre si mesmos ao interagirem com os significados coletivos (WENDT, 1992); e a constituição do sentimento de pertencimento à coletividade (ANDERSON, 2008). A combinação desses elementos torna a concretização da identidade regional basilar para o processo de integração. Na América do Sul, a agregação dessas concepções na esfera regional tem entraves, principalmente, na falta de comprometimento dos países com a causa.

Por esse motivo, o presente trabalho busca compreender a importância da identidade e do sentimento de pertencimento comuns no processo de integração sul-americana. Com esse propósito, apontar-se-á como o conceito de América do Sul surgiu e se tornou uma alternativa possível face à ideia de América Latina. Além disso, apresentar-se-á quais são as características da integração, com aprofundamento do caso sul-americano. Paralelamente, será discutida a influência da formação das identidades para o planejamento dos interesses. Por fim, serão analisados os principais obstáculos presentes nas relações entre os países da região sul, bem como os avanços, sob as óticas econômica e cultural.

A temática foi escolhida em razão do contexto da América do Sul, levando em consideração aspectos econômicos e culturais, e suas influências no êxito da integração regional sul-americana. Ao decorrer dos anos, nota-se que a integração sul-americana apresentou momentos de grande progresso nos aspectos econômicos durante a década de 1990, período marcado pelo otimismo em relação aos processos de integração regional, em razão do pós-URSS. Porém, nos anos posteriores, com a entrada do século XXI, há uma saturação ligada às

disputas comerciais entre Argentina e Brasil (GRANATO, 2021). Desse modo, tornou-se evidente a necessidade de uma priorização da temática para então “se aprofundarem os vínculos regionais” (PRAZERES, 2005, p.13) dos países sul-americanos.

Por esse motivo, faz-se necessário o estudo da evolução do projeto integrativo, para que haja a compreensão de como conduzi-lo no Cone Sul². Nesse sentido, a pesquisa se preocupa em identificar e discutir alguns aspectos em que os processos de construção de identidade e integração contribuem para o fortalecimento de aproximação em primeira instância cultural e econômica, depois, conseqüentemente, em outros âmbitos como o social e o político.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, bibliográfica, utilizando artigos e livros pertinentes nas áreas relacionadas ao tema escolhido. A perspectiva construtivista foi a escolhida para explorar os conceitos mais relevantes para o trabalho. Assim, recorre-se às análises de Alexander Wendt (1992; 1999), Benedict Anderson (2008), Mônica Leite Lessa (2009; 2012; 2014), Tatiana Lacerda Prazeres (2005), Mônica Herz (2015), Andrea Ribeiro Hoffmann (2015) e Jana Tabak (2015).

Finalmente, este trabalho divide-se em quatro partes, além da Introdução e da Conclusão. No primeiro momento, há o estudo em relação ao enfoque utilizado no trabalho que parte de América Latina para América do Sul, junto a explicação de como e o porquê da mudança de olhar do primeiro para o segundo. A segunda parte se dedica a expor os impactos dessa mudança de eixo na integração regional, bem como procurar definir o que é a integração. Na terceira, é explorada a noção de identidade e como ela se manifesta nos ambientes nacionais e regionais, além de discutir a relação entre identidades e interesses e os impactos efetivos no plano da integração sul-americana. Ao final são expostos os avanços e as barreiras da integração pelos prismas econômico e cultural.

1. DE AMÉRICA LATINA À AMÉRICA DO SUL, UMA MUDANÇA DE FOCO

A ideia de América Latina nasce para o mundo durante o século XIX, durante as Guerras de Independência da América Espanhola, como uma região de afinidade linguística e cultural. Noção esta que foi dada e difundida pela França, a fim de afastar as recém-criadas nações da América Anglo-Saxônica e, ao mesmo tempo, estabelecer seus interesses na região

² O Cone Sul é uma região geográfica que agrupa os países localizados numa área específica da América do Sul, e é formado por Argentina, Chile, Brasil, Paraguai e Uruguai, países que estão ascendendo como potências na região. (EIRÃO; LEITE,2020). Além disso, esse termo é oriundo da intenção de constituir uma identidade regionalista. (EIRÃO; LEITE,2020).

(BETHELL, 2009, p. 289-90). Em paralelo a isso, pensadores e escritores locais, tais como Simón Bolívar (Venezuela), Carpentier; Salomé Ureña (República Dominicana), Carlos Mariátegui (Peru) e San Martí (Argentina), propagavam a ideia de uma unidade e de uma consciência latino-americana, idealizando uma América Latina Unida. (DINIZ, 2005).

O amadurecimento das antigas colônias espanholas e portuguesas na América, entretanto, caminhou para um lado diferente do idealizado pelos intelectuais. Já no ápice da libertação da Espanha (1810), as ideias republicanas passaram a dominar o continente americano junto à difusão dos ideais iluministas e liberalizantes, trazidos pelos imigrantes espanhóis. Por essa razão, conjuntamente de fatores políticos, geográficos, econômicos e, ligado a isso, a dificuldade de comunicação entre as unidades coloniais, ocasionaram a autossuficiência e a independência dessas unidades entre si, nascendo 19 novos países³ distintos na América Latina (ANDERSON, 2008, p.88-91).

Nesse sentido, um elemento-chave para entender como se formou a identidade e a nacionalidade nos países latinos é a mídia e o desenvolvimento da imprensa⁴ através da veiculação de jornais de informações comuns (ANDERSON, 2008). Os meios de comunicação são ferramentas que possuem grande influência e servem como um espaço para discussão de linguagens, construção, desconstrução, rupturas e continuidade do imaginário voltado para a percepção sobre a América Latina. (RELVA, 2016). Portanto, são esses meios de comunicação que contribuíram para a formação de um sentimento de pertencimento local às unidades administrativas e aos leitores da imprensa latino-americana (ANDERSON, 2008).

O efeito essencial da disseminação da imprensa na região hispânica foi o desenvolvimento de um duplo nacionalismo. Porque, apesar da mídia servir como um mecanismo de compartilhamento de ideais, as informações noticiadas entre as colônias espanholas e portuguesas não causavam um sentimento de integração ou de impacto entre a realidade das notícias e a própria realidade social dos leitores. (RELVA, 2016). Isso se deu principalmente pela amplidão do império hispano-americano e ainda mais pela organização administrativa descentralizada espanhola. Então, mesmo falando a mesma língua, colonizados pelos mesmos espanhóis, fora gerada uma distância entre estes que habitavam a América de tal forma que, não se sentiam pertencentes ao mesmo todo, algo que até hoje se reflete na identidade regional. (ANDERSON, 2008, p.103-4).

³ Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaraguá, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, República Dominicana, Cuba e Porto Rico.

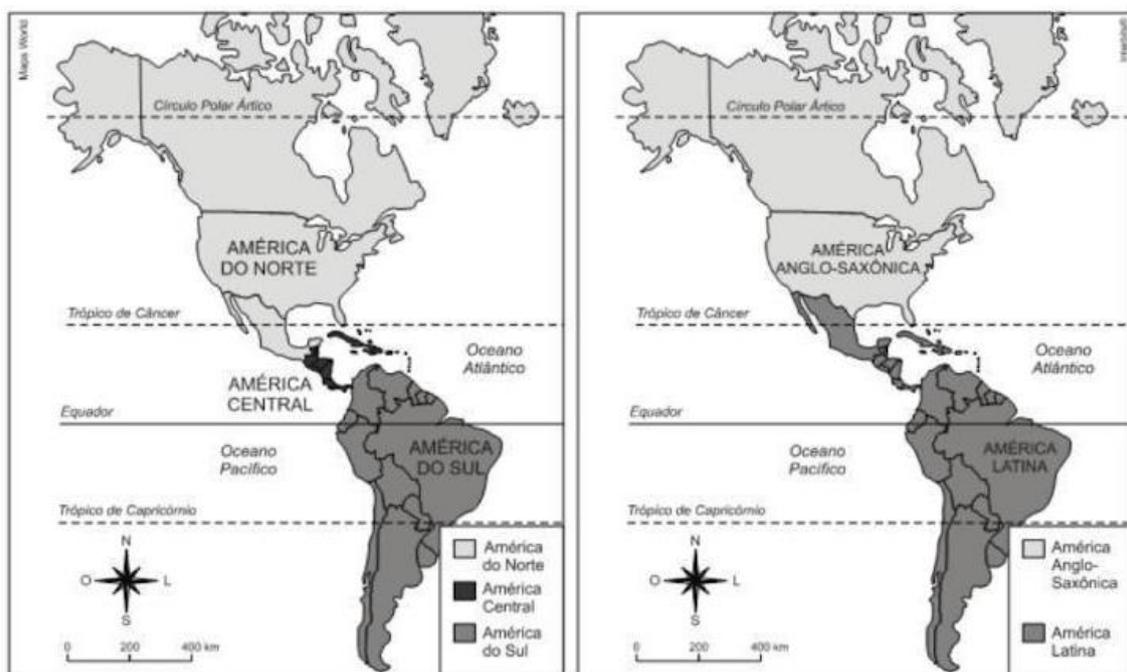
⁴ “...No decorrer do século XVIII, houve quase uma revolução. Entre 1691 e 1820, foram editados nada menos que 2120 ‘jornais’...” (ANDERSON, 2008, p. 102).

Em relação ao Brasil, o seu isolamento do resto do continente - ligado ao contexto de sua metrópole portuguesa e não espanhola -, tornou um país diferente dos seus vizinhos hispânicos, entre outros motivos, pela língua e por tradições culturais diferentes. Mas, principalmente, porque o Brasil continuou com o sistema europeu, diferente das recém-repúblicas hispano-americanas. Primeiro, fazendo parte do Império Português com a vinda do monarca D. João VI. Segundo, mesmo após a sua independência, o país seguiu com a monarquia hereditária. E, por fim, por ser até 1888 um país com base escravista, algo há muito tempo já abolido em grande parte dos países latino-americanos (BETHELL, 2009, p. 294-95).

A distância entre o Brasil e os demais países americanos de origem espanhola culminou em uma não validação, inicialmente, do país como parte da América Latina, seja para os intelectuais da época, seja pelos próprios brasileiros, o que também contribuiu para intensificar a falta de sentimento de pertencimento e identidade ao termo latino-americano (BETHELL, 2009, p 293). Portanto, no período imperial brasileiro, predominou a ideia “ser brasileiro era ser não hispânico” (BARBOSA, 2011), então, a identidade nacional dos países ao sul dos Estados Unidos se forma em decorrência do nascimento dos Estados Nações e, conseqüentemente, do avançar do sentimento de pertencimento a estes Estados, por parte das suas populações.

Isto posto, o conceito de América Latina surge sobretudo em contraposição à América Anglo-saxônica (BETHELL, 2009), o mapa abaixo ilustra essa divisão e, também, a divisão entre América do Norte, do Sul e Central.

Figura 1- Divisão Regional do Continente Americano



Fonte: MARTINS. D., et.al. Geografia: Sociedade e Cotidiano. v. 3. São Paulo: Educacional, 2010, p.81 (Adaptado).

Após esse recorte a respeito da América Latina, o foco recai sobre a América do Sul, que teve a criação do seu termo em meados do século XIX, de acordo com Santos (2005). Era utilizado para retratar, inicialmente, extensões territoriais que hoje não correspondem à América do Sul, conforme um relatório oriundo dos Estados Unidos em 1855, no qual toda região ao sul de suas fronteiras, incluindo México, Caribe, América Central e América do Sul, foi denominada “América do Sul” (SANTOS, 2005, p. 67). É apenas em 1888, em um dos relatórios do período imperial, que a expressão “América do Sul” aparece mais próxima dos dias atuais, abrangendo naquele momento Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai (SANTOS, 2005, p. 68).

Com a Proclamação da República, no ano de 1889, o Brasil, finalmente, se insere como parte integrante da América, assumindo, nesse movimento o americanismo como uma estratégia de política externa. Desse modo, a diplomacia brasileira traz consigo desde então os termos e noções de “América Latina”, “América do Norte”, “América Central” e “América do Sul” nos discursos de sua Chancelaria (BARBOSA, 2011, p.19-20). O Brasil passou a ser tratado como membro, bem como parte constituinte no âmbito internacional. Além disso, as mudanças ocorridas nesse período acarretaram na maior autonomia dos países americanos, refletindo numa aproximação entre os componentes da América do Sul em maior proporção e em menor proporção todos os países da América Latina, além de causar o afastamento do sistema “americano” comandado pelos Estados Unidos - seguindo dessa forma até o final da Segunda Guerra Mundial. (BARBOSA, 2011, p.20).

A denominação “América do Sul” como conhecemos hoje, composta por 13 nações⁵, foi desenvolvida somente em 1990. Durante quase todo o século XX, ainda prevaleceu a ideia de “países latino-americanos” para a denominação dos países de origem hispano-portuguesa. Esse entendimento se deu pelas tentativas de integração de toda a América, que contribuíram para a aproximação das nações, mas não foram suficientes para dar continuidade ao projeto integrativo latino-americano. É nessa circunstância que há uma mudança de foco da integração continental para a integração regional da América do Sul.

Segundo Arturo Uslar-Pietri (2004 apud Diniz, 2005, p. 71), o “que muitos chamam América Latina é, de modo muito significativo, o mundo ao qual se arrebatou o nome”, sendo intensificado pelo desejo dos intelectuais latino-americanos de uma identidade e unidade única

⁵ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela

para todo o continente americano, enquanto a América do Sul se apoia também na questão da integração, mas não pressupõe exclusão ou negação à América Latina, e ainda busca englobar questões ideológicas e históricas. Desse modo, o conceito de América do Sul ascende como um caminho mais pragmático e “dá fundamento a todo um processo de integração física, econômica e cultural, que cria novas possibilidades para a ação” (DINIZ, 2005, p. 73), que será mais discutida no tópico seguinte.

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL: AMÉRICA DO SUL UM CAMINHO POSSÍVEL

A integração regional é um processo entre atores⁶, tendo como sua principal premissa a união. Desse modo, os componentes que anteriormente eram singulares, após o início da integração passaram a fazer parte de um todo (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 133). Neste processo, as nações buscam algo que as conectam, de modo que, enquanto há características em comum entre elas, também há características que as diferenciam dos outros. Ao mesmo tempo, constroem uma identidade a fim de garantir segurança e reforçar as fronteiras.

Por conseguinte, a integração envolve a aproximação das relações entre os atores em diversos níveis, isso atinge camadas mais profundas, que ultrapassam alinhamentos políticos e acordos bilaterais e multilaterais. A integração abrange aspectos culturais, socioeconômicos, históricos, políticos, civilizacionais e geográficos em comum presentes em um agrupamento de países (HUNTINGTON, 1997, p. 154). Nesse processo, há a criação de novos escopos de governança político-institucionais no plano regional, as quais ultrapassam o nacional e atingem o status regional (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 133).

O processo de integração regional assume um caráter multidimensional, incluindo a cooperação em várias áreas como política, meio ambiente, sociocultural, segurança e economia (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 134). A partir disso, as áreas alcançadas pela integração têm prioridades diferentes em cada processo, assim como apresentam resultados e níveis de entrelaçamento diferentes mediante as prioridades conferidas a elas.

⁶ Atores internacionais são aqueles capazes de influenciar e interferir na condução das relações internacionais (MARQUES, 2008), são objetos do Sistema internacional e englobam tanto os atores da abordagem clássica (Estados, organizações internacionais interestatais e não-governamentais, e empresas multinacionais) quanto outros grupos sociais que estão envolvidos com a Igreja, sindicatos, partidos políticos, grupos terroristas e entre outros. (PECEQUILO, 2004).

À vista disso, a integração comercial – a mais fácil de ser identificada, mensurada e implementada - tem relevância, porque surge como uma etapa no processo de integração regional que serve de base para a fomentação das outras áreas a serem integradas. (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 134). A integração identitária-cultural, por outro lado, é essencial para que haja uma união duradoura, real e profunda entre os povos, pois ela é a essência para todo processo de integração (VIVA, 2011, p.160). É essa dimensão que faz com que a integração ocorra em primeira instância, afinal essa movimentação apenas ocorre entre nações que veem semelhanças entre si, um passado comum, valores e costumes compartilhados, que se imaginam como uma comunidade (ANDERSON, 2008).

Na América do Sul e na América como um todo, a integração, a princípio, contou com um foco estritamente econômico. Assim, o relacionamento entre os países no continente americano teve seu início nas Conferências Interamericanas, desde 1889, as quais tiveram sua institucionalização com criação da OEA, a Organização dos Estados Americanos, em 1948, marcando o início oficial da integração nas Américas, junto a criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), pelo ECOSOC (ONU) (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 153).

De acordo com Prazeres (2005), a OEA foi essencial para a aproximação, em primeiro momento, dos países americanos, assim como fez perceber a sua finalidade em questões de segurança e política, mas em especial na defesa dos interesses estadunidenses. Em contrapartida, a CEPAL apontou a necessidade de uma maior cooperação entre os Estados da América Latina e Caribe, ganhando centralidade e influência na década de 1950 com seus estudos para um maior vínculo na região latina, principalmente econômico.

A comissão dedicou-se à implantação de uma zona de livre-comércio na região, que em seguida pudesse se tornar uma união aduaneira, acompanhando a tendência europeia, com da Comunidade Econômica Europeia. Os impulsos derivados da CEPAL se manifestaram na década de 1960, com o Tratado de Montevideo que cria a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, a ALALC, a qual englobou o México, Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Venezuela, Peru e Uruguai (PRAZERES, 2005, p.18-9).

A Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) teve como seu o principal objetivo ser o primeiro passo para integração na região latina, através da esfera econômica e banhada pelo pensamento Cepalino em busca da emancipação e da cooperação regional (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 153). Mesmo com a participação dos países do Cone Sul e México, não houve de fato uma prioridade dada a ALALC por parte dos países membros. Além disso, havia um esquema muito ambicioso e rígido de integração que não

considerou as particularidades do continente, como o fato dos países da região, constantemente, intervirem nas suas economias internas, por meio do incentivo à indústria local, desligando-se do compromisso de integração regional. Dessa forma, as estratégias operacionais de negociações comerciais mais firmes voltadas para concessões mais extensas dos produtos dos países intrazona eram inviabilizadas pelos membros da ALALC. (PRAZERES, 2005, p.22-24).

Ademais, havia uma divisão entre os países membro da ALALC, “Comercialistas” e “integracionistas”, os primeiros sustentavam uma integração restrita à área econômica, enquanto os segundo grupo defendiam a ALALC como promotora de um desenvolvimento que não tocasse apenas no quesito comercial. Nesse momento há o nascimento de um subgrupo no grupo já reduzido compositor da ALALC, os países que viriam a formar o Pacto Andino ou Pacto de Cartagena (1969)⁷. A criação do subgrupo fez os demais membros da ALALC duvidar da capacidade do Pacto Andino em colaborar com os objetivos da ALALC (PRAZERES, 2005, p.22).

Por essas razões, a ALALC findou com sua substituição, em 1980, pela Associação Latino-Americana para o Desenvolvimento de Integração (ALADI), com o intuito de promover um mercado comum latino-americano, de uma maneira mais flexível, gradual e a longo-prazo (PRAZERES, 2005, p.27). A implementação da ALADI, desde 1981, possibilitou ganhos importantes no âmbito comercial intrarregional, conseguindo aumentar o nível de comércio entre os países membros da Associação (PRAZERES, 2005, p.32).

Entretanto, a falta de prazo para a inserção das metas do processo de integração e, em especial, o fato de a ALADI ter o foco apenas econômico, fez com que áreas como a cultural, social e política ficassem de lado na integração, o que trouxe à tona a falta de compromisso dos países com o plano de integração (PRAZERES, 2005, p.35). Diante desse desafio, os países latinos passaram a questionar se seria possível a promoção de uma integração tão vasta e diversa como a da região latina.

Ademais, o contexto de reformulação da ordem global atingiu todas as esferas do âmbito internacional, incluindo a integração, que adquiriu um ânimo na América do Sul (PRAZERES, 2005, p.37). As transformações também trouxeram novos direcionamentos para integração, iniciando a segunda onda do regionalismo, deixando de lado a integração com o foco apenas econômico. Desse modo, gradualmente, outras áreas passaram a ser inseridas na agenda de integração regional, entre elas a cultural.

⁷ Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A Venezuela veio a se associar em 1973. E o Chile optou por deixar o projeto em 1976. O grupo tinha como objetivo a adoção de um programa de liberalização comercial mais rápido que o empregado no âmbito da Alalc, além da criação de uma união aduaneira.

As iniciativas sul-americanas partiram da aproximação, a princípio bilateral, entre Brasil e a Argentina, evoluindo para abarcar Uruguai, Paraguai e Venezuela ao projeto integrativo - originando, assim, em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 154). O MERCOSUL, diferentemente das tentativas de integração anteriores, tem o foco além da economia, entrando em dimensões políticas, desenvolvimentistas e, nos anos posteriores, ambientais, sociais e culturais (LESSA, 2010, p.51).

Nessa perspectiva, a partir de 1996, foi estabelecido um novo critério para a integração dos países sulinos com a aprovação do Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL. Nele são determinadas as diretrizes para a orientação cultural do Bloco sul-americano, que também auxiliam na integração cultural (VIVA, 2011, p. 165). A criação do Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL fomentou as relações culturais entre os países mercosulinos, contribuindo para a circulação e intercâmbio de bens culturais materiais e imateriais. Entretanto, os avanços identitário-culturais ainda se mostram insuficientes, principalmente, pela perspectiva econômica cultural ou da agenda externa dos Estados. Isso ocorre em decorrência da ausência de políticas culturais, sendo esta consequência da não centralidade da formação de uma cultura e identidade na construção do Bloco. (LESSA, 2010, p.53)

Diante disso, a introdução e o desenvolvimento de medidas culturais identitárias no campo da integração fomentam, em primeiro plano, a identidade coletiva dos países integrantes, estimulando um sentimento de pertencimento a um todo. Assim como, em segundo plano, acarretam no desdobramento de um *soft power* na esfera internacional, gerando legitimidade e credibilidade ao bloco (LESSA, 2010, p.54). Além disso, também estimula a expressão da liberdade e da diversidade, e da própria cultura, por meio do reconhecimento das diferenças e do empenho para construir uma comunidade segura e plural (VIVA, 2011, p. 161).

Assim, a integração regional propõe aos Estados cederem parte de sua soberania para, então, integrar em uma maior unidade, trazendo como benefício o desenvolvimento em conjunto. Além disso, o seu processo envolve várias áreas a serem integradas, que obtêm maior ou menor relevância. Como mencionado, a integração sul-americana tem seu início voltado ao âmbito econômico, característica que se modifica a partir da década de 1990, com a abertura de espaço para outras áreas, em destaque a cultural. A dimensão cultural é base para o sucesso da integração regional, pois é o que une os povos de uma região por meio do compartilhamento de um imaginário e do sentimento de pertencimento a uma unidade. Por esse motivo, é necessária a compreensão da construção da identidade sul-americana e a sua relação com os interesses nela envolvidos.

3. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SUL-AMERICANA, SOB A PERSPECTIVA DOS INTERESSES

Em seu livro *Social Theory of International Politics* (1999), Wendt elucida como as identidades se manifestam em termos de Estados nacionais no sistema internacional. Nesse contexto, o norte-americano define as identidades como “[...] *a property of intentional actors that generates motivational and behavioral dispositions.*” (WENDT, 1999, p. 224), ou seja, aquilo que os atores são, e, como eles se enxergam, influencia a maneira de como irão agir. Com o desenvolvimento das abordagens construtivistas, Wendt se torna uma referência para os estudos das relações internacionais, por ser pioneiro em trazer o conceito de identidade aplicado aos Estados nacionais e ao sistema internacional como um todo, além de também relacionar o conceito ao de interesses, bem como a construção desta mútua influência.

Nessa direção, a estrutura anárquica que leva a autoajuda e a cooperação entre os Estados no sistema internacional é endógena ao processo e isso não se deve à estrutura, mas sim ao processo em si (WENDT, 1992, p. 394). Por conseguinte, os Estados agem com base no significado que os objetos têm para eles, portanto são estes significados coletivos os formadores das estruturas motivadoras das ações. Wendt (1992, p. 397, tradução nossa) exemplifica: “Se a sociedade ‘esquecer’ o que é uma universidade, os poderes e as práticas do professor e do estudante cessarão de existir”. É nesse contexto que os atores desenvolvem as identidades.

A compreensão do Estado-Nação, o que ele representa e como ele se comporta no Sistema Internacional é relevante para o estudo de como se constrói e se manifesta a identidade, seja ela nacional ou regional. Na América do Sul, a identidade sempre se desenrolou em uma duplicidade, pela idealização de uma América Latina Unida, arraigada primordialmente por autores locais da região (DINIZ, 2005), e, em razão da construção paralela da identidade nacional, conduzida pela consolidação dos próprios Estados-Nação.

Assim, de acordo com Anderson (2008), as nações são “uma comunidade política imaginada”, pois para o autor toda a comunidade que ultrapassa contatos face a face é imaginada, então qualquer nação, por menor que seja, estaria dentro dessa classificação. Nesse sentido, uma comunidade concreta transcorre continuamente a história, por isso, o indivíduo de uma nação não conhece a maioria dos seus compatriotas, não sabe seus nomes ou o que estão fazendo a cada momento, mas tem total segurança na atividade constante, desconhecida e simultânea deles (ANDERSON, 2008, p.56-57).

Isto é, os indivíduos se sentem pertencentes ao seu país, a sua região e, além disso, se sentem constituintes da história desses lugares, como um grande organismo. E é somente através deste sentimento de pertencimento que é possível ter pessoas que nem mesmo se conhecem, mas, ainda assim, estão dispostas a matar e morrer pelos seus e por sua pátria (ANDERSON, 2008, p.34).

Por isso, no caso sul-americano, é importante notar que as nacionalidades possuem um papel importante, justamente por serem elas a negociar à mesa, possuindo o papel de legitimadoras da presença dos países no contexto regional, em função disso, há a necessidade de produzir um “nós” coletivo sul-americano (VIVA, 2011, p. 163). Por conseguinte, o conceito de identidade se constrói, primordialmente, dos traços particulares de cada povo, identificando características ambientais, comportamentais e culturais compartilhadas entre eles. Na esfera individual, em várias oportunidades as pessoas se identificam como brasileiro, chinês ou europeu, e essas identidades não são genéticas, mas são pensadas como se fizessem parte na natureza essencial do indivíduo (HALL, 2006). Assim:

Nós só sabemos o que significa ser "inglês" devido ao modo como a "inglesidade" (*Englishness*) veio a ser representada - como um conjunto de significados - pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos - *um sistema de representação cultural* (HALL, 2006, p. 48-49).

Outro ponto importante na definição de identidade é a criação desta em relação a uma “outra”, no que tange a distinção “Nós x Eles”, ou seja, entre os “iguais” (“Nós”), pertencentes ao mesmo civilizacional, e o “Eles”, pertencentes ao extracivilizacional (HUNTINGTON, 1997, p. 158). Esse princípio contrativo, marcado pela diferenciação em relação a “Eles” e identificação quanto ao “Nós”, forma a “identidade de grupo”, o que coloca determinados princípios em protagonismo: o do âmbito ideológico, no sentido de desejar ser percebido socialmente de uma maneira singular e o das identidades constituídas em uma lógica de contraste, ou seja, ser aquilo que os outros não são - com o propósito da inserção no conjunto de classificação social mais abrangente (NOGUEIRA, 2009, p. 8)

A ideia de identidade regional, no entanto, ainda é recente, uma vez que as nações desde sua criação até todo o século XX ainda eram consideradas única base legítima para o Estado. Tal padrão vem se diluindo, gradativamente, e transpondo as fronteiras estatais no século XXI (CORNETET, 2011, p. 42). Esse fenômeno é impulsionado, bem como, reflete principalmente nos processos de integração regional, ligados a uma percepção que a interdependência na camada regional pode proporcionar o desenvolvimento e alavancar a posição na disputa

internacional, tendo o espaço geoestratégico como ponto de partida. (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p. 34).

As identidades dialogam, portanto, diretamente com interesses, estes que são o motor dos movimentos dos atores no Sistema Internacional. Os interesses são determinados no processo de definição das situações. Nestes momentos surgem circunstâncias, as quais levam o sujeito a definir que aquela situação o motiva a agir (WENDT, 1992, p. 398). Por isso, a definição da identidade regional precisa ser anterior à constituição dos interesses, pois há a necessidade de um “nós” já definido para que os interesses possam ser planejados (NOGUEIRA, 2009, p. 8). A regionalização da política mundial se inicia e desenrola em consequência de determinadas conjunturas. Aqui podemos citar o contexto mundial, o fim da II Guerra Mundial, o fim da Guerra fria e por último a globalização no século XXI, direcionaram os países a uma redefinição de interesses em prol da institucionalização da integração regional (HUNTINGTON, 1997, p. 158-9).

Dessa maneira, o desenvolvimento de uma comunidade sub-regional sul-americana, e, em consequência, uma identidade coletiva da região é necessária para colocar em prática os interesses das nações na região. Entretanto, alguns impasses, interligados entre si, dificultaram e ainda dificultam esse processo, como o fator histórico, citado brevemente anteriormente, (a ausência de uma cultura e identidade compartilhada pró-integração) que cede lugar para um viés nacionalista, tendendo para a rivalidade na região e para o foco nos problemas domésticos (PRAZERES, 2005, p.13-4); os fatores exógenos à América do Sul que têm grande importância para os países da região, sobretudo o fator “Estados Unidos”⁸, acabando por se tornar uma barreira para o desenvolvimento da identidade (PRAZERES, 2005, p.14).

Além disso, a construção de uma identidade regional sul-americana que transpõe os limites dos países e se torna coletiva a indivíduos de diversas nações, também encontra obstáculos para a sua formação nas identidades nacionais, que já se encontram bem formadas e sólidas. Por outro lado, cada vez mais as fronteiras culturais como etnicidade, religião, valores, idioma e instituições ganham mais relevância em contraposição a aspectos político-econômicos nacionais, e passam a ocupar um lugar de centralidade na influência dos novos arranjos internacionais (HUNTINGTON, 1997, p. 153-54).

Portanto, a relação entre identidade e interesses é importante para a compreensão das movimentações dos atores no plano internacional e é dentro desse espectro que há construção

⁸ O papel central norte-americano de influência contrária às investidas integrativas latinas e sul-americanas na ALALC e ALADI, neutralização do Brasil na iniciativa da ALCSA e a criação da ALCA (PRAZERES, 2005, p.41-42)

da identidade regional. Além das características e valores compartilhados necessários para a construção da identidade coletiva, é fundamental que os interesses também estejam alinhados para a coesão entre os Estados. Porém, a maior dificuldade para o desenvolvimento de uma identidade regional na América do Sul é a prioridade dada pelos Estados a outros assuntos. Apesar disso, é possível perceber avanços nesse sentido, assim como barreiras ainda existentes, assunto que será discutido em seguida.

4. IDENTIDADE, CULTURA E INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA: AVANÇOS E DESAFIOS.

Antes de desenvolver essencialmente esse tópico, é preciso definir o conceito de cultura utilizado, conforme Merle (1985) a cultura pode ser entendida como "conjunto de sistema de valores e de representações que servem como referência para a identificação de grupos nacionais, subnacionais e supranacionais" (MERLE, 1985, apud SUPPO, 2014, p. 14). Nessa lógica, Merle coloca a cultura como um elemento essencial em período históricos, como guerra, revolução e integração. Nesse contexto, a cultura passa por processos, sejam eles de aculturação, isolamento cultural ou dominação de uma forma cultural sobre as outras (SUPPO, 2014)

A integração na região sul-americana teve, em toda sua primeira década, em 1990, um caráter mais econômico-comercial, mesmo sendo as iniciativas de cunho não-econômico as que mais aproximam os países sulinos historicamente (PRAZERES, 2005, p.17). Dessa forma, no Tratado de Assunção (1991) para constituição do MERCOSUL não há a menção da cultura ou da identidade sul-americana para a construção da integração na sub-região (LESSA, 2010, p.51). Isto posto, a primeira reunião com o tema "cultura" aconteceu em agosto de 1992. Somente em 1996, cinco anos após a inauguração do bloco, ocorreu a criação do Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL (LESSA, 2010, p.52-53). Portanto, ao passo que a dimensão identitária-cultural caminhou de maneira lenta, o plano econômico iniciado de modo mais rápido no MERCOSUL teve seus resultados quase imediatos, voltado para a formação do mercado comum na integração econômica (GRANATO, 2021, p.12).

Cabe lembrar que em 1995, o MERCOSUL já era considerado uma união aduaneira, ainda incompleta, fase antecessora ao mercado comum. A adoção da liberalização tarifária fomentou o comércio extrabloco, que obteve um aumento de 311% e o comércio intrabloco chegou a um crescimento de 89% entre 1990-1996 (HERZ; HOFFMANN; TABAK, 2015, p.

161). Entretanto, nos anos seguintes, entre 1998-2002, há uma crise generalizada provocada pela diminuição das trocas comerciais e crescimento das disputas comerciais entre Brasil e Argentina. Isso se deu pela desvalorização do Real brasileiro, aliada à crise social, política e econômica passada pela Argentina, o que levou a crença geral de que o MERCOSUL havia chegado ao seu limite (GRANATO, 2021, p.14).

A entrada do século XXI trouxe mudanças ao contexto político dos países sul-americanos, em razão da entrada de governos de esquerda na região, o que gerou alterações nas agendas políticas desses países. Nesse sentido, houve uma renovação nos impulsos integrativos e mercosulinos, direcionando o foco para campos além da economia, em busca de alcançar reestruturações sociais (LESSA, 2014, p. 376). Em detrimento disso, há uma preocupação na redução das assimetrias entre os países da América do Sul, contribuindo para a priorização de áreas, entre outras, como a da cultura. Nessa lógica, durante os quinze primeiros anos do século XXI, houve um rompimento parcial do ideário neoliberal, o que serviu como um impulso para a renovação do projeto de integração na América do Sul. (CADONÁ; OLIVEIRA, 2020, p. 134)

As mudanças tocaram, primeiramente, os aspectos institucionais do MERCOSUL para posterior a isso, criar em Buenos Aires (2010), uma Secretaria Técnica do MERCOSUL Cultural, junto ao Fundo do MERCOSUL Cultural, também aprovado no mesmo ano (LESSA, 2014, p. 378). Análoga a essas disposições, nasce a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, assinada pelos 12 países da América do Sul para afirmar o desejo dos Estados sul-americanos em construir a integração - destacando-se a defesa de uma integração no âmbito cultural, social, econômico e político, bem como solidificar a comunidade sul-americana (CADONÁ; OLIVEIRA, 2020, p. 123).

Por conseguinte, nos anos subseqüentes a institucionalização do MERCOSUL houve um compromisso, acima de tudo, brasileiro para que a integração permanecesse contínua e com o caráter ampliado, de acordo com Lessa (2014):

Entre 2010 e 2014, a institucionalização do Mercosul e o compromisso do governo brasileiro com a integração asseguraram a continuidade dos compromissos, o cumprimento da agenda da integração, inclusive com participação nas atividades do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, Focem, atualmente com quarenta e cinco projetos aprovados em áreas como habitação, transporte, energia, incentivos à microempresa, integração produtiva, bio-segurança, capacitação tecnológica, saneamento e educação. (LESSA, 2014, p. 383)

O pleno funcionamento da Universidade Federal de Integração Latino-americana - Unila é também um claro exemplo do compromisso do Brasil com o projeto de integração ampliada. (LESSA, 2014, p. 383).

A nova estrutura do bloco tornou prioridade o comprometimento em aprofundar o MERCOSUL, buscando com a mesma prioridade o aprimoramento das instituições comerciais, a associação de novos países e a inclusão de temas até então deixados de lado (GRANATO, 2021, p.15). Promovendo, desse modo, a integração a qual estimula uma “comunidade das nações sul-americanas” e, conseqüentemente, a criação da identidade regional, expressando a importância dada e interesse por partes dos países na região.

A integração cultural, mesmo após a reformulação do MERCOSUL ainda encontra desafios que valem ser citados. Segundo Sarti, o modelo de integração mercosulino direciona ao diálogo como ferramenta principal da democracia no subcontinente. Contudo, esse aparato “tenderia a dificultar uma plena institucionalização que confira à integração o estatuto de política de Estado”, em contraposição à institucionalidade supranacional da UE, a qual “tem sido apontada como um fator que engessa as políticas sociais e permite apagar os últimos vestígios do pacto social original de uma Europa solidária e próspera que inspirou o Tratado de Roma” (SARTI, 2011, apud LESSA, 2014, p. 379)

Além disso, ainda com o firmamento de um MERCOSUL ampliado a partir de 2001, conseqüentemente, a maior atenção em áreas como a cultura, foi apenas em 2010 a aprovação da criação e inauguração de uma Secretaria Técnica fixa cultural, mesmo ano da XXXI Reunião de Ministros da Cultura do MERCOSUL, no Rio de Janeiro, onde foi aprovada a criação do fundo do MERCOSUL cultural (WORTMAN; LESSA 2020, p.133). Isto posto, se torna nítido que embora exista um esforço em estabelecer um compromisso autêntico para o desenvolvimento do campo identitária-cultural sul-americano, essa temática continua inserida em um segundo plano, por isso, há uma dificuldade na sua implantação e mais ainda na percepção de seus resultados.

Dessa forma, a construção da identidade regional na América do Sul é essencial para o sucesso da integração no subcontinente, como coloca Wendt (1992): “Os regimes não conseguem mudar identidades e interesses se os últimos são vistos como algo dado.” (1992, p. 393, tradução nossa). Por essa razão, é importante o reconhecimento do papel formador da cultura, principalmente no lugar dela na organização dos compromissos, relações sociais e institucionais. Ademais, também é fundamental revisar a função da cultura no que se refere às “questões de conhecimento e conceitualização, em como a ‘cultura’ é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo.” (HALL, 1997, p. 16-17).

Nesse sentido, o sentimento de pertencimento a algo maior que si, dialoga com a concepção de simultaneidade estudada por Anderson (2008), no que se refere à ideia de um “organismo sociológico”, quando os indivíduos têm a certeza que ele e outros análogos a ele

dividem a mesma história, valores e cultura, formando desse modo a noção de uma “comunidade sólida percorrendo constantemente a história” (ANDERSON, 2008, p. 56). É esse o lugar necessário a alcançar por parte das nações sulinas, pois só a partir da consolidação do sentimento identitário e de pertencimento sul-americano é que pode ocorrer uma convergência de valores e interesses direcionados ao desenvolvimento mútuo.

A integração sul-americana avançou, com maior ênfase no aspecto econômico. No entanto, caminhou até a metade da segunda década dos anos 2000 para uma evolução na área cultural. É preciso salientar, além disso, que o direcionamento dos esforços para âmbito identitário-cultural promove o desenvolvimento de uma comunidade, a qual propicia um ambiente de segurança e prosperidade mútua

Dessa forma, mesmo que os blocos econômicos, de modo geral, tenham tentado alcançar uma integração, além de econômica, também social, político e cultural, por meio do fomento ao respeito com as instituições democráticas e os direitos humanos, percebe-se que, de fato, esses dois pontos ainda não apareceram evidentemente na agenda dos processos de integração. (COELHO; FIDELIS; TEODORO 2021).

No contexto do MERCOSUL, por exemplo, ainda não transparece uma integração consolidada ou estruturalmente clara. Outrossim, é difícil projetar um avanço na integração do bloco, uma vez que os governos atuais, como o do Brasil e da Argentina, destoam e não buscam tantos meios de convergência. (OLIVEIRA et al., 2021). A pandemia do COVID-19 explicitou isso, pois mesmo com algumas iniciativas, como a criação de um fundo emergencial para o combate à pandemia, os países não aproveitaram a chance de agir coletivamente; pelo contrário, as orientações das políticas de enfrentamento à pandemia foram mais voltadas para o interno. (OLIVEIRA et al., 2021).

Esse cenário atual, assolado pelo COVID-19, aponta para lacunas institucionais, políticas e até mesmo culturais da integração sul-americana, visto que uma das políticas adotadas pelos países da região foi o fechamento de fronteiras. Crises como essa reforçam a necessidade da construção de um sentimento de solidariedade e identidade regional para propiciar ferramentas de cooperação mais eficazes e ágeis para os países sul-americanos. (OLIVEIRA et al., 2021)

CONCLUSÃO

A concepção de América Latina foi construída em contraste ao conceito de América Anglo-saxônica, exatamente pela necessidade de haver uma distinção entre os norte-americanos e os países de colonização hispano-portuguesa. Em contraposição a isso, o conceito de América do Sul surge e se consolida através dos próprios países da região, se apresentando como um caminho mais viável para integração regional. A ideia de uma região ao sul do Panamá surgiu na metade do século XIX, mas apenas na década de 1990 é retratado como conhecemos hoje.

O processo de integração regional sul-americano é dividido em duas fases, a primeira aconteceu entre 1950 e 1990, enquanto a segunda iniciou em 1991 e permanece atualmente. No primeiro momento, a integração englobou todos os países de origem latina e, por vezes Estados Unidos e Canadá, com dedicação quase que completamente voltada para o âmbito econômico. É importante destacar que o desenrolar inicial do projeto de integração não foi bem-sucedido, em grande parte devido à imensidão geográfica da América, e também pela falta de compromisso dos Estados envolvidos, seja pelo foco nos problemas internos, seja pela prioridade em outras alianças.

Já a segunda fase da integração do cone sul começa na década de 1990, com a criação do Mercosul, como uma alternativa paralela à integração latina, centralizando-se apenas nos países da região Sul das Américas. Há a expansão do foco econômico da integração para as áreas cultural, política, ambiental e social, com o intuito de criar uma comunidade sul-americana, por meio da constituição de diversas políticas e organizações como a UNASUL. Nessa perspectiva, cabe salientar o campo cultural que corrobora como um alicerce para a agregação entre os Estados, porque além de proporcionar um sentimento de pertencimento - criando e reforçando a ideia de cidadão sul-americano - também fortalece a liberdade e a diversidade na região, criando um ambiente propício e seguro para os países sulinos, com toda sua pluralidade, convergirem para o objetivo único: o desenvolvimento mútuo.

Nesse aspecto, as relações entre os processos de construção da identidade e de integração regional sul-americana ficaram evidenciadas com a influência da identidade regional no desenvolvimento, ainda não tão expressivo, da integração na América do Sul. A partir do estudo realizado neste artigo, foi possível perceber que a formação da identidade coletiva à região da América do sul é um catalisador no processo de integração regional, por ser o alicerce da legitimação do projeto integrativo, no sentido de trazer estruturas ligadas ao passado - remetendo às referências histórico-culturais -. Além disso, também atesta o futuro, ao associar a identidade coletiva à projeção internacional, cumprindo a tarefa de elemento defensor e expositor dos interesses dos países sul-americanos internacionalmente.

Anderson (2008) utilizou do termo comunidade imaginada para a definição de como nasce e evolui o pertencimento e identidade dos indivíduos na esfera nacional. Através desta análise é possível compreender a instância inicial da identidade, assim como o nível global da esfera identitária dos atores e suas motivações ou interesses, no contexto internacional. Nessa lógica, identidade regional se apresenta como uma amplificação da identidade nacional, ultrapassando as fronteiras nacionais e tornando forte laços econômicos, políticos, étnicos, históricos, sociais e culturais em comum de uma determinada região. Isso permite que a integração entre os países seja mais profunda e concreta, aumentando seus níveis de adesão ao projeto da integração regional.

Portanto, a construção da identidade desde o aspecto individual, nacional e regional ocorre na autopercepção de quem cada um é, bem como as percepções do outro, no contraste entre o “nós” e o “eles”. Nessa lógica, a relação entre identidade e interesses é essencial para perceber os comportamentos dos atores no plano internacional e para que haja a compreensão das suas motivações. Destarte, a definição das identidades e dos interesses é basilar para o avanço da integração, principalmente, no caso sul-americano que têm nesses aspectos a base para o funcionamento da sua união.

Podem ser citados três fatores que impediram a formação da identidade regional sul-americana e, por consequência, a integração sul-americana: ênfase nas identidades nacionais dos países sulinos que se sobrepõe ao fortalecimento da identidade regional, em razão da exclusividade dada a elas desde o período colonial; a preferência por alianças extra bloco por parte dos países da região Sul, sobretudo a associação com os norte-americanos; e, finalmente, a priorização de assuntos internos frente os assuntos regionais do bloco.

A coesão identitária-cultural dos países sulinos só ganhou força com a entrada dos governos de esquerda no poder, no início dos anos 2000, os quais tinham como suas principais características o favorecimento a bandeiras sociais, ambientais e culturais. Em frente a essa conjuntura, ocorreram mudanças institucionais, as quais permitiram políticas direcionadas para a área cultural - a partir de 2010 é possível observar os frutos disso, destacando-se o pleno funcionamento da Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA), a aprovação da Secretaria Técnica fixa voltada para a Cultura e o nascimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Fica claro o esforço dos países sul-americanos para o desenvolvimento identitário-cultural, mas diante do exposto, é possível perceber que esses aspectos permanecem em segundo plano.

Diante disso, é necessário a admissão da função formadora, transformadora e protetora da cultura na sociedade, sendo ela o bem mais precioso de uma comunidade. Ademais, é no

espaço cultural que há a construção da identidade. Nessa lógica, o sentimento de pertencimento que ultrapassa o individual e atinge o coletivo, formando um “organismo sociológico” (Anderson, 2008), e a identidade regional se tornam decisivos para o estabelecimento da integração e por consequência a comunidade sul-americana. Por meio desse caminho é possível o planejamento e a prática dos interesses comuns dos países sulinos.

Portanto, faz-se indispensável ressaltar o aspecto cultural - assim como as áreas política, social e ambiental - no mesmo patamar de importância da economia na discussão do tema da integração sul-americana. O amadurecimento da comunidade sul-americana proporciona e reforça aos seus membros o sentimento de pertencimento e o reconhecimento de uma identidade que transpassa o âmbito nacional e atinge o nível regional. Além disso, ela pode exercer o papel de guardadora de um ambiente de segurança e apoio para o desenvolvimento mútuo e estreitamento de laços, construindo, com isso, o lugar do cidadão sul-americano no mundo. Como bem colocou Ângela Diniz (2005): “O sul, mais do que nunca, é o nosso norte”.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/32709082/ANDERSON_Benedict_Comunidades_imaginadas Acesso em: 04/08/2022.
- BARBOSA, G. G. **A inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no Governo Lula (2003-2010)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/1994> Acesso em: 13/10/2022.
- BETHELL, Leslie Michael. **O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica**. Tradução: E. C. A. Alves. Estudos Históricos/FGV, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009. Disponível em: www.scielo.br/j/eh/a/wDjSryQpkTFYcKBMHqwfNKD/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 04/08/2022.
- BOLÍVAR, Simon. **"Carta da Jamaica"**. In: BELLOTTO, Manoel Lelo et al. (orgs.). Simon Bolívar. São Paulo: Ática, 1983. Disponível em: edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4201639/mod_resource/content/0/BOLIVAR%2C%20Simon.%20Carta%20de%20Jamaica%20%20Carta%20al%20gen%20Flores.pdf Acesso em: 12/08/2022.
- CADONÁ, Marco André; OLIVEIRA, Carolina de. Do "regionalismo aberto" à proposta de uma comunidade sul-americana das nações: o processo histórico de criação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas). **Revista de História e Geografia Ágora**, Santa Cruz do Sul, v.22, n .1, p.121-137, janeiro- junho, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/14606> Acesso em: 20/08/2022.
- COELHO, Artur da Silva; FIDELIS, Jussara; TEODORO, Antonio. Integração econômica, identidade sul-americana e do sudeste asiático, como via para a cidadania global. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ed. 2, v.9, p. 133-147. fevereiro, 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/identidade-sul-americana> Acesso em: 09/10/2022.
- CORNETET, João Marcelo Conte. **Identidade e Integração Regional: Reflexões Teóricas e Sugestões para o Caso Sul-Americano**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso- Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2011. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40279/000827680.pdf?sequence=1 Acesso em: 08/08/2022.
- DINIZ, Ângela Maria Carrato. Identidade. **Desenvolvimento e Integração: desafios para o Brasil e a América do Sul no século XXI**. In: PRAZERES, Lacerda Tatiana, DINIZ, Ângela Maria Carrato, ROCHA, Maurício Santoro Rocha. O Brasil e a América do Sul: Desafios no Século XXI. Brasília: Funag, 2005. 67-107. Disponível em: www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-136182/premio-america-do-sul---2005-o-brasil-e-a-america-do-sul--desafios-no-seculo-xxi Acesso em: 12/08/2022.

EIRÃO, Thiago Gomes; LEITE, Fernando Cesár Lima. Divulgar, Solicitar e restringir: os verbos conjugados no acesso à informação pública nos países do Cone Sul. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.18, p.1-19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8655940> Acesso em: 17/10/2022.

GRANATO, Leonardo. Os trinta anos do Mercosul: Apontamentos para um balanço. **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Rio Grande do Sul, v.10, n.19, jan/jun, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/225254/001128496.pdf?sequence=1> Acesso em: 17/10/2022.

HALL, STUART. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Tradução: Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa V. Costa. **Revista Educação e Realidade- UFRGS**, Rio Grande do Sul, v.2, p. 15-46, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71361> Acesso em: 01/09/2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006. 102p. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com-identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf> Acesso em: 20/08/2022.

HERZ, Mônica e HOFFMAN, Andrea, TABAK, Jana. **Organizações Internacionais: história e práticas**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Tradução: M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 405p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3134086&forceview=1> Acesso em: 15/08/2022.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14º Ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001. Disponível em: <https://petarquiteturaufmg.files.wordpress.com/2013/04/laraia-cultura-um-conceito-antropolc3b3gico.pdf> Acesso em: 24/09/2022.

LESSA, Mônica Leite. Bens e serviços culturais: o lugar do Brasil na cena internacional (2001-2006) In SUPPO, H.; LESSA, M. L. (Orgs.). **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 2012.

LESSA, Mônica Leite. **Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural**. In: LIMA E sarti (ORG.). Frontera, Universidad y Crisis Internacional. VII Encontro Internacional do Fórum do Mercosul. Foz do Iguaçu, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5322/3923> Acesso em: 22/08/2022.

LESSA, Mônica Leite. Acordos globais e existências regionais: a inserção da cultura brasileira no Mercosul 2003- 2014. In: CARVALHO, Glauber Cardoso, LESSA, Mônica Leite,

MARTINS, José Renato Vieira, SARTI, Ingrid (org). **Os Desafios da Integração Sul-Americana: autonomia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2014 .p.376-385. Disponível em: https://www.academia.edu/10957599/Os_desafios_da_integra%C3%A7%C3%A3o_sul_americana_autonomia_e_desenvolvimento_PDF Acesso em: 12/08/2022.

MARQUES, Guilherme Bez. Velhos e Novos Atores: As relações internacionais de Vestfália do século XXI. **Revista Ius Gentium: Teoria e Comércio no Direito Internacional**, Santa Catarina, n .1, julho, p.12-32, 2008. Disponível em: <https://www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf> Acesso em: 15/10/2022.

MESQUITA, Rafael. A Identidade internacional do Brasil: uma síntese da literatura. **Rev. Carta Inter**, Belo Horizonte, v.11, n.3, p. 5-31, 2016. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/496/325> Acesso em: 15/08/2022.

NOGUEIRA, S. G. A “identidade latino-americana” e a integração regional: o projeto da rede de comunicação Telesur. **Carta Internacional**, São Paulo, v. 4, n., p. 7-14, mar. 2009. Disponível: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/454/222> Acesso em: 11/10/2022.

OLIVEIRA, Lucas- Kerr. La Integración Regional Sudamericana frente a la pandemia del covid-19: Un análisis geopolítico de los impactos en el Mercosur y en la Región, **Revista Tempo do Mundo**, Brasília, n.26, p.205-249, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/325/300> Acesso em: 11/10/2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PRAZERES, Lacerda Tatiana. Identidade. **A Integração Sul-Americana: uma ideia ainda fora do lugar?**. In: PRAZERES, Lacerda Tatiana, DINIZ, Ângela Maria Carrato, ROCHA, Maurício Santoro Rocha. O Brasil e a América do Sul: Desafios no Século XXI. Brasília: Funag, 2005. 13-59. Disponível em: www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-136182/premio-america-do-sul---2005-o-brasil-e-a-america-do-sul--desafios-no-seculo-xxi Acesso em: 12/08/2022.

RELVA, Cássia. O imaginário latinoamericano a partir da série os latinoamericanos. In: Comunicadores e mutações: cenários e oportunidades. **Anais do II Interprograma- XV, Secomunica**. Brasília: EdUCB. 19 a 23 de setembro, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/AIS/article/view/7864> Acesso em: 12/10/2022.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.48, p. 185-204, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/nkDMH3w8bQm5bv3hGLryY7J/?lang=pt> Acesso em: 04/10/2022.

SUPP, Hugo Rogélio. O papel da dimensão cultural nos diferentes paradigmas das relações internacionais). In SUPPO, H.; LESSA, M. L. (Orgs.). **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 2012.

VIVA, Julieta. MERCOSUR Cultural. **Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales**, Santa Fé, n. 7, p. 159-169, 2011. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/PAMPA/article/view/3195> Acesso em: 02/08/2022.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992 . Disponível em: <http://maihold.org/mediapool/113/1132142/data/Wendt-Anarchy.pdf> Acesso em: 08/08/2022.

WENDT, Alexander. . **Social theory of international politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. Disponível em: <http://www.guillaumenicaise.com/wp-content/uploads/2013/10/Wendt-Social-Theory-of-International-Politics.pdf> Acesso em: 10/08/2022.

WORTMAN, Ana; LESSA, Mônica Leite. Ecos do Mercosul Cultural: políticas, ideias e práticas (2003-2015). **Sul Global**, v.1 n.2: p. 127-152, 2020. Disponível <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/download/38327/pdf> Acesso em: 15/10/2022.